

Accção Realís ta

**revísta
quínzenal**

Produtos de beleza Z Á Z Á

(MARCA REGISTRADA)

A essencia Zázá é o perfume das elegantes

Crème Zázá, especialidade incomparavel para tirar as sardas, manchas, rugas, etc. (não é gorduroso) **Caixa 7\$900 réis**

Depilatorio Zázá, inofensivo, tira os pelos por completo, deixando a pele muito fina e aveludada. **Frasco 7\$900 réis**

Pó d'arroz Zázá, muito aderente e deliciosamente perfumado, suavisa e refresca a pele, em Branco, Rosa e Rachel. **Caixas de 1\$900, 3\$900 e 3\$900 réis**

Brilhante Zázá, em pó, o melhor para polir as unhas. **Tube 3\$900 réis**

Brilhante Zázá, liquido, conserva as unhas brilhantes durante 15 dias, tem junto a maneira de usar. **Caixa com 2 frascos 12\$500 réis**

Shampoo Zázá, em pó, infalivel destruidor da caspa. **Pacote 1\$500 réis**

Shampoo Zázá, liquido, é dos shampoos liquidos o melhor, lava rapidamente a cabeça friccionando-a muito bem. **Frasco 12\$500 réis**

Bigoudis Zázá, frizador a frio com fitas de diversas cores. **Caixas de 6, 3\$950 réis. Ditas de 12, 4\$950 réis**

Vinaigre de Rouge Zázá, inofensivo, rouge liquido especial para os labios. **Frasco 4\$500 réis**

Tintura Juvence Zázá, superior ás melhores para tingir o cabelo, castanho, castanho escuro e preto. Tem junto a maneira de usar. **3 frascos 29\$000 réis**

Talco Zázá, para o Bébé, especial para recém-nascidos. **Caixa 4\$900 réis**

Pasta Dentifrica Zázá, branqueia os dentes conservando-lhes sempre o seu esmalte natural, desinfecta e aromatiza a boca. **Cada 4\$900 réis**

Pélonglia, tira por completo as peles das unhas servindo tambem para as limpar por dentro **Frasco 7\$900 réis**

Gellée Aux Accacias preparado especial para evitar e fazer desaparecer o crieiro e o grê-tado da pele. **Bienaga 3\$900 réis**

Branco de Hespanha Pó d'arroz liquido preparado ideal para branquear o rosto, colo, braços etc., recomendado para peles gordurosas. **Frasco 7\$900 réis**

DESCONTOS A REVENDEDORES

Deposito para Portugal, colonias e Brazil

PERFUMARIA MIMOSA

102, RUA DO OURO, 104 — LISBOA

TELEFONE C. 4050

MANUCURE—TRATAMENTO DAS 11 ÁS 19 HORAS

AÇÃO REALISTA

REDACTOR PRINCIPAL : ERNESTO GONÇALVES

Redacção e Administração	EDITOR	Assinaturas (Pagamento adiantado)
RUA DA BARROCA, 59, S/LOJA	Antonio Ferreira Junior	SÉRIE DE 10 N.ºs — 10\$000 RÉIS
		Numero avulso — 1\$000 réis

ORGANIZAÇÃO

Chegámos ao momento em que a bárbara e velha democracia que só tem favorecido os partidos e a finança, todos os interesses particularistas de facção em prejuizo do superior interesse comum, — chegámos ao momento em que a democracia, regime esfacelador da cultura, da riqueza e da ordem creadora, apodrece e empesta a atmosfera nacional. Qualquer coisa rue, se desmorona, numa dissolução que atinge tragicos aspectos. Não é a nação que morre. A Patria é eterna, assente sobre a alma dos mortos, defendida pelas nossas ideias e pelos nossos braços, projectada no futuro pela nossa esperança e pela alma imortal da Raça. Não é Portugal que morre ! O que agoniza numa agonia carnavalesca em que tilintam guisos como se fosse um funeral de palhaços, é a Republica, é a democracia sem finalidade nem ideia superior, é o liberalismo imbecil, verdadeiro atentado a toda a elevada ideia de criação e desenvolvimento social. Os quadros do Estado republicano são impotentes para disciplinarem, dentro duma autoridade lucida, magestosa, humanamente coordenadora, sabiamente plástica, as energias nacionais que assaltam o Estado, o rodeiam como ondas que hão de operar a renovação necessaria e salvadora. Dias de decadencia, estes que atravessamos. Mas dias em que se geram, a esperança e o pensamento redentor ! Já estamos muito longe da indiferença com que todos olhavam a vida politica e só tinham um sorriso sceptico, apático, como comentario a tanta imbecilidade e impudor. Sente-se que qualquer coisa de muito nobre, de elevadamente português, tumultúa na atmosfera nacional, protesto da consciencia lusíada, afirmação das qualidades eternas do nosso povo. Ha uma vaga impetuosa de sentimento nacionalista que ameaça explodir, manifestar-se num vigoroso protesto de vitalidade. As forças sociaes, que se isoláram do Estado, procuram uma nova estrutura em que se edifiquem e se equilibrem.

E' necessario, duma necessidade imperiosa, absoluta, dar um pensamento a esta reacção nacionalista, indicar-lhe o caminho verdadeiro, — o caminho da acção e da ideia construtiva. A todos os que possuem um pensamento nitidamente nacionalista, a todos os que amam a terra e a sua alma imperecível, cumpre entrar na luta, espalhar a ideia da restauração portugueza, conquistar inteligencias e vontades. Aos nossos camaradas que nos acompanham nesta tarefa sagrada em prol dum Portugal livre, cumpre exercer uma

forte actividade, trabalhar sem descanso, preparar o advento do futuro dia da nossa libertação. A *Acção Realista Portuguesa* propõe-se essa obra magnifica de restaurar a nossa Patria, reorganizando-a sobre aquelas bases vivas, que constitue o nucleo das suas energias imutaveis, as condições essenciaes da sua existencia.

Para atingir esse fim — é preciso organisarmo-nos. Os nossos trabalhos de organização já começaram e os resultados obtidos são tão grandes que nos animam e fortalecem a esperança e a fé que nos amparam nesta luta. De todas as provincias chegam-nos diariamente as provas mais eloquentes de como o nosso movimento é acompanhado por bons e leaes portuguezes. Sobre a nossa meza acumulam-se cartas que nos trazem adesões e palavras de confortavel solidariedade. A todos que nos escrevem e nos dirigem palavras de estímulo respondemos que se interessam pelo nosso movimento e lhe deem todo o seu esforço e a sua melhor boa vontade. Nunca poderemos considerar monarquicos aqueles que se imobilisam num comodismo apático e não prestam um unico serviço á nossa causa nacional. Todos os monarquicos nacionalistas teem de trabalhar imenso. E' a Patria que manda. E' a Patria que o impõe. O nosso movimento não é um partido. E' uma causa nacional que tem como unica e superior finalidade a Nação e só a Nação.

Temos de trabalhar activamente e de sermos nobremente disciplinados nesta luta por um Portugal portuguez. Toda a nossa organização tem de ser vitalisada por uma disciplina consciente e viril — imposta em vista de ideias, não de homens. No conjunto da nossa actividade, encarando os fins a realisar, a disciplina é o serviço mais altivamente humano tanto para os que dirigem como para os que obedecem. Todos nós obedecemos a ideias, — e defendendo-as, propagando-as, todos nós somos servidores.

A *Acção Realista Portuguesa* tem de ser fortalecida, na sua organização, por uma disciplina fecunda, e no seu espirito de acção por um patriotismo consciente, — ao mesmo tempo ideia e sentimento. A finalidade da Monarquia é tão grande e tão magnifica que equivale a uma verdadeira restauração da nossa terra. Atravez da selva escura dos nossos dias, vencendo as luctas mesquinhas dos partidos, que esfrangalham a Nação, dominando os interesses particulares que suplantam o interesse comum, o interesse nacional, nós afirmamos a nossa fé no futuro da nossa terra, que queremos livre e civilisada. A decadencia presente é só uma decadencia de regime. Ruem as falsas instituições, mas a Nação per-manece forte e fecunda, eterna na sua alma, pujante de energias que a Republica neutralisa. Lutamos por um Portugal de portuguezes — não de partidários. Mas, enquanto não chega a hora do nosso triunfo, temos de proceder a uma organização activa, que seja dentro do país o foco vivo das energias que o hão de salvar.

Essa organização já não é um simples esboço. De dia para dia ela valorisa-se com um novo elemento, afirma-se, lança raizes fortes. Juntas Provinciaes, Juntas Municipaes, Sindicatos, Juntas Escolares, — eis a energica e poderosa musculatura dum movimento puramente nacionalista, que tem como lei suprema o interesse da Grei. Espalhados por todo o paiz, esses núcleos da nossa acção, esses órgãos propagadores da nossa doutrina e do nosso patriotismo combativo e esclarecido, manterão desperta a consciencia nacionalista, preparando o futuro em que temos de vencer. Começámos por poucos, somos muitos agora, seremos em breve imensos.

A garantir a victoria temos uma doutrina sã, viva, que nasce do humus da tradição

e exalta, na sua verdade construtiva e na sua beleza nacionalista, o ardor patriótico que nos anima; e a juventude que nos acompanha, a geração a que pretendemos, sacrificada por todos os crimes e misérias moraes e intellectuaes da epoca liberalista, olha o futuro com um espirito combativo, e uma nova attitude espiritual — religiosa e nacionalista, — que, destacando-a das gerações caquéticas do Constitucionalismo e da Republica, a predestinam para a libertação heroica da nossa terra. No corpo da Pátria corre agora um sangue novo, e um espirito remoeado. E' o seu instinto de vida que desperta da sonolencia idealista de falsas doutrinas. E' o seu espirito eternamente vivo, a sua alma tradicional, — a sua alma, enfim, — que vem novamente fecundar a sua vida politica e social, demonstrando claramente, ao clarão da sua verdade, os erros nacionicidas de doutrinas descerebradas, vazias de essencia positiva, e inconsistentes como uma nuvem. Vamos para a frente, sem hesitar, com uma esperanza firme na nossa vitoria. O nosso triunfo não será o triunfo dum partido, mas da Patria que as facções tiranisam criminosamente, e os interesses particulares, indisciplinados, anarquisam numa bárbara desordem em que naufrago o interesse comum. Todos os nacionalistas monarchicos sabem o que querem, onde estão e para onde se dirigem. A sua acção é nitida, coerente, e o seu pensamento claro, construtivo, sem nebulosidade que o deformem. Por enquanto, para preparar a hora da restauração portugueza, temos de aperfeiçoar a nossa organização, formando por toda a parte núcleos activos que deem á nossa doutrina uma forte vitalidade de acção: desfalecer seria um crime, uma fraqueza indigna de quem fez á Patria o voto de todas as suas energias. Enquanto os falsos politicos, os homens de bando partidario e plutocratico, se alucinam na orgia de mesquinhos interesses, já sem a nobreza de ideaes romanticos, dêmos nós o exemplo viril do nosso patriotismo que, convertido em doutrina e sentimento, há de salvar a nossa terra.

Ernesto Gonsalves.

**Todo o monarchico que desejar uma propaganda
intensa da nossa doutrina, que salvará Portugal.
deve auxiliar a subscrição do diario da**

Acção Realista Portugueza

A Acção Realista e a Igreja

Dissemos no ultimo numero desta revista que «o Conselho Politico Monarquico fez declarações que a Acção Realista Portuguesa, se não tivesse fixada a sua autonomia, se teria visto forçada e não aceitar.» Referiamo-nos evidentemente ás «Bases de Acção Politica» adoptadas por aquele Conselho e tornadas públicas em 9 de março de 924.

«A Acção Realista desconhece o Conselho Politico», afirmámos tambem — não querendo de modo algum menosprezar as pessoas que o compõem e que nos merecem toda a consideração, mas significar apenas que o nosso movimento, enquadrado no seu nacionalismo integral, é doutrinariamente autónomo, e politicamente está directamente subordinado ás instruções do Logar-Tenente de S. M. El-Rei. Porque vimos então agora ocupar-nos dum documento emanado dum órgão da Causa Monarquica com o qual a Acção Realista nada tem que ver?

Por duas razões. Em primeiro logar porque, quando as «Bases» vieram a público e foram justamente censuradas pela imprensa católica, atribuíram-se essas «Bases» á Causa Monarquica, como traduzindo todo o pensamento desta, sem que fosse lembrado que, dois meses antes, se constituiu a Acção Realista justamente porque não era logico nem possivel continuar-se numa amálgama que estava comprometendo a situação dos que não podiam perfilhar certas atitudes e prejudicando o desenvolvimento da propria Causa em geral. Ora, nesse tempo, a Acção Realista Portuguesa não tinha órgão seu na imprensa onde pudesse ocupar-se do assunto. Calámo-nos portanto, aguardado a nossa revista ou o nosso jornal, tanto mais que *A Epoca*, pela pena do seu ilustre director, traduziu perfeitamente o nosso pensamento analisando e lastimando as duas primeiras «Bases» que são as que tratam da situação da Igreja na Monarquia restaurada. *A União*, no seu numero 165, tem o cuidado de excluir a Acção Realista da responsabilidade do infeliz documento subscrito pelo Conselho Politico, intitulado o artigo em que se occupa dêle: «A Politica dos Monarquicos Constitucionais e as liberdades da Igreja em Portugal.»

Aqui está a primeira razão porque nos ocupamos das «Bases». Para afirmarmos bem alto que a Acção Realista Portuguesa nada tem que ver com elas.

E, antes de passarmos á segunda, permita-se-nos um parêntesis. E' que registemos a nossa estranheza perante o facto de certos monarquicos categorizados, que afirmam, nos salões e no Chiado, perfilhar os principios «integralistas», enquadrados na Causa e até no proprio Conselho Superior Politico, deixarem passar em julgado e com a sua responsabilidade declarações que parece deviam ofender a sua disciplina mental. Provavelmente serão daqueles que dizem: «deixemos essa coisa de principios para depois», ou que «a hora é das esquerdas». Responder-lhes-íamos apenas com uma frase que encima todos os dias a 4.^a pagina do jornal *A Batalha*: «Há duas revoluções a fazer: Uma nos espiritos e outra nas ruas. A segunda depende da primeira.» Se a hora fôr das esquerdas, é porque nas esquerdas ha uma intelligencia, embora errada, mas que liga os espiritos no

mesmo ideal que procuram realizar ; ao passo que nas direitas — a par dum egoismo e dum comodismo criminosos que não veem agora para o caso — exceptuando uma minoria, da qual a Acção Realista se orgulha de fazer parte, hostilizada pela sua audacia e pela sua «impertinencia», ha uma ausencia lastimosa de ideias que nos leva a reconhecer que as direitas, assim, não teem realmente o direito de triunfar.

Isto foi só um parêntesis. Prossigamos.

A segunda razão pela qual nos ocupamos das «Bases» de 7 de março, é consequencia da primeira. Se nada temos com as «Bases» não só devido á nossa autonomia, mas ás conclusões que elas encerram, vamos dizer porque discordamos do seu enunciado e definir a nossa posição.

Como desconhecemos habilidades politicas, gostamos de falar claro para que os que nos ouvem nos entendam, e os que nos entendem nos acompanhem nesta cruzada grandiosa que a Acção Realista acaba de iniciar.

Deixaremos sem comentários trazer-se para o campo politico o Pacto de Paris de 17 de Abril de 1922 que nós consideramos puramente dinastico porque não podemos sujeitar o sistema politico da Restauração á escôlha dumas Côrtes Gerais constituídas não se sabe como e que em qualquer hipótese representam a solução do problema politico-social entregue ao pêso ignaro das maiorias. Passaremos tambem por cima da promessa vaga duma descentralização administrativa inexequivel se a par dela não se prometer uma forte centralização politica de que as «Bases» se absteem de falar. Ocupar-nos-emos simplesmente das «Bases» I e II para fixarmos a posição da Acção Realista Portuguesa perante as liberdades da Igreja na Monarquia Nova.

Assim como a totalidade ou a quasi totalidade dos que militam nos partidos da Republica é de protestantes ou ateus, assim a totalidade ou a quasi totalidade dos inscritos nas fileiras da Acção Realista é de católicos praticantes (passe o pleonasm). Alem disso, tradicionalistas por principios, combatendo igualmente o liberalismo maçónico da Republica e o da Monarquia constitucional, não se podia limitar o nosso movimento a «reconhecer a hierarquia da Igreja, a preconizar um acôrdo com a Santa Sé, e a deixar para depois a regulamentação da liberdade de associação religiosa.» Isso faz qualquer partidéco republicano menos radical ; e não podemos deixar de consignar aqui que é deploravelmente espantoso que um Conselho que pretende ser dirigente duma Causa Nacional como é a nossa, se «limite» a fazer aquelas afirmações em materia religiosa que mais ofendem do que prendem os católicos de Portugal !

A Acção Realista Portuguesa quer a Nação Católica, isto é, a sociedade acatando a soberania espiritual de Roma por intermédio do próprio Estado. Quere a Igreja exercendo a sua acção na mais ampla liberdade de propaganda, disciplina e organização. Quere a Monarquia celebrando um acordo com a Santa Sé, para as relações eclesiásticas, manutenção do clero e dos seminários. Quere que á Igreja seja reconhecida a sua personalidade juridica, restituindo-se-lhe na medida de possivel, os bens que lhe foram extorquidos;

e que seja assegurada a «sua representação nos corpos do Estado dando-se-lhe a categoria de primeira instituição moral dentro da sociedade, onde é o maior fundamento da paz e da ordem». (*Cartilha Monarquica*). Quere, finalmente, que se lhe dê liberdade de Associação religiosa para fins de piedade, beneficencia e ensino.

Fazendo nossas as palavras do sr. conselheiro Fernando de Souza, proferidas no final da sua bela conferencia das «Juventudes», de 20 de maio de 923, que todos os monarchicos aplaudiram freneticamente. . . para um anno depois decretarem o contrario, diremos :

«Na Monarquia restaurada, a Igreja terá a situação que de direito lhe pertence e as liberdades inerentes á sua missão espiritual, o que não impedirá a tolerancia para com os dissidentes, que não serão vexados e perseguidos, como o tem sido o clero e os católicos sob a Republica sectária, órgão politico do naturalismo neo-pagão e anti-religioso, que a Maçonaria impoz á Nação.»

E para, terminar, afirmamos :

Se o maçonismo mitigado que espreita atravez das Bases da Acção Politica do Conselho Monarquico conseguisse restaurar a defunta Carta Constitucional, de tão triste memória, com Beneplácito, intromissão do poder civil na hierarquia eclesiástica, caciquismo por meio do clero, etc., a Acção Realista Portuguesa soltaria imediatamente o seu grito de combate pelos direitos de Deus, pela liberdade da Igreja, pela tradicional consciencia católica da nossa raça que cem anos de perseguições e vexâmes não fizeram senão reavivar.

Caetano Beirão.

Mas a democracia, além do poder dos Reis abalou também profundamente o poder dos ministros, subordinando-os ao parlamento.

E deixou assim o País sem guia, a nau do Estado sem piloto, antes governada pelos passageiros. Como por outro lado o parlamentar com a comichão de mexer em tudo tem o ódio ao homem de officio, o governo do País é, em regra, exercido pelos mais incapazes da nação e com tanto maior destaque quanto mais democratico é o regimen.

Aires de Ornelas.

TRADIÇÃO MILITAR

A corrente tradicionalista que percorre a Europa — reacção invencível contra a uniformidade que o liberalismo pretendeu impôr ao mundo — apresenta variadas facetas. E' uma só a ideia directora, mas são muitos os campos em que tem que se efectivar e muitos os aspectos que apresentará.

Se entre esses aspectos considerarmos o que oferecem as instituições militares, pode á primeira vista suppôr-se que nunca em tal campo pudesse manifestar-se o liberalismo.

Nada com effeito mais antagonico do que o espirito democratico e o instituto militar — cuja base essencial é forçosamente a desigualdade.

E' paradoxal a concepção de um exercito de cidadãos-soldados, isto é, de um complexo de individuos que gosando dos famosos «Direito do Homem e do Cidadão», ao menos em principio, sejam ao mesmo tempo constrangidos aos deveres de um cargo em que só pôdem encontrar superiores ou inferiores — mas nunca eguaes perante a lei.

Paradoxal é evidentemente tudo o que deriva de uma base antagonica com a existencia das sociedades, mas a phrase «cidadão-soldado» foi dita e repetida tanto tempo, que pode valer a pena rebatê-la.

Depois da obra dos historiadores militares francezes que se prendem com Taine (Chuquet, Colin etc.), ficou pouco ou quasi nada das lendas que a falsificada historia liberal propagára acerca dos invenciveis soldados da Revolução, luctando e triumphando sempre contra inimigos innumeravelmente superiores. Na verdade, durante as guerras da Revolução, a victoria pertenceu aos francezes por apresentarem sempre em campo exercitos consideravelmente mais numerosos do que os das potencias colligadas. A sua direcção superior foi fraca, quando pertenceu a chefes sem mais preparação que a pratica da guerra e a tactica de columnas. que alguns ainda hoje suppõem improvisada espontaneamente, resaltara de prolongados estudos realizados pelos officiaes do exercito real, que na sua maioria foram obrigados a emigrar pela Revolução (von Cämmerer).

Nas mãos dos Hoche e dos Moreau essa tactica foi de resto mal aproveitada; calcula-se que os exercitos revolucionarios perderam em 8 annos mais de um terço do seu effectivo (Le Bon).

Quanto ao entusiasmo que mostraram as tropas, não dependia, como os historiadores jacobinos de todos os paizes o insinuaram, do amor da liberdade. Provinha unica e exclusivamente do patriotismo. G. Le Bon nota que a unica acção da França foi o decreto de levantamento em massa que qualquer governo faria em semelhantes circumstancias. E na verdade, sem sahir da mesma epocha, poderíamos fazer notar os levantamentos em massa da Hespanha, da Russia, da Allemanha, de Portugal contra os francezes invasores. E sem duvida não era menor o entusiasmo e a energia dos milicianos de Chaves na ponte de Amarante ou de Extremoz na defesa de Evora, do que fôra o dos voluntarios francezes.

Todavia a esses não os inflamava o amor da pseudo-liberdade republicana. Pelo contrario, é bem sabido que trucidavam todos os jacobinos que podiam haver ás mãos. Talvez por isso a historia ensinada pela maçonaria deixa na sombra uma grande parte dos seus feitos, e censura o Bispo D. Antonio José de Castro que teve a admiravel energia de tentar a resistencia no Porto contra Soult.

A mesma coragem e a mesma dedicação manifestaram os Voluntarios Realistas de 1832 a 1834.

Mas taes qualidades, podendo e devendo constituir a base de um espirito militar, não chegam para o constituir. Ha outras não menos indispensaveis, e essas, a disciplina, o orgulho de corpo, só podem provir de uma organização militar.

Seja ella qual fôr, de resto, é susceptivel de as fazer brotar, mas só poderão tomar todo o desenvolvimento que as torna verdadeiramente utilisaveis, quando as instituições militares sejam bem adequadas ao fim que devem ter — dar ao exercito a maxima eficiencia.

Ora entre nós ha nesse genero a organização verdadeiramente modelar de D. Sebastião que constituiu a base d'aquellas que em todas as epochas graves da nossa historia foram executadas (Guerra da Restauração, Guerra da Liga, Guerra dos Sete Annos, Guerra Peninsular).

Em todas ellas encontramos a verdadeira «nação armada», não armada cahoticamente para improvisar uma fachada de grande exercito, como o fez a republica em 1911, mas armada hierarchica e ordenadamente, obedecendo aos seus chefes naturaes, e podendo a cada momento, sem estremeções, desenvolver a sua força para repelir e expulsar o inimigo externo como em 1808 ou o interno como em 1823 e 1828.

Se desse ponto de vista mais geral, descermos ao que apenas respeita o exercito permanente, veremos tambem como se mantinham as tradições nos regimentos.

Depois da campanha de 1793-94, como depois dos louvores que Beresford dirigiu ao exercito português, por causa da batalha de Vittoria, não se pensou em ir buscar um figurino estrangeiro para recompensar os regimentos distinctos. Foram bem nacionaes as recompensas — e tanto que nas bandeiras dos regimentos do Minho e da Beira, foram inscriptos versos de Camões ¹.

O primeiro golpe nessa maravilhosa organização de 1816 foi dado por politica em 1834. Foram dissolvidas as milicias, dissolvidos os regimentos e formados com o mesmo numero outros que os não substituiam ; não podia deixar de o fazer o governo maçonico — o exercito nacional defendera contra elle a causa nacional, e fôra vencido.

Desde então a continuidade perdeu-se, e com ella a eficiencia do exercito, invadido pelo liberalismo. Produziu este alli a sua consequencia inevitavel — o horror das responsabilidades, negação de toda a disciplina.

Nunca mais fôra aproveitado o conjuncto do exercito português ; mas, quando o foi, poudes vêr-se que, emquanto sustentava todo o complicado pessoal que deveria produzir

¹ A comissão da celebração do Centenario da Guerra Peninsular tinha proposto a restituição das inscrições ás bandeiras. Inutil é dizer que tal se não fez.

16 divisões, só lhe foi possível constituir 2 e tão difficilmente que o seu efectivo se achou dentro em pouco reduzido a metade ou a menos do que deveria ser.

Depois da guerra o mal acentuou-se ; a desproporção entre a *cabeça* e o *corpo* militar attingiu o inverosimil, egualando talvez a existente nas multidões armadas dessas republicas americanas que vivem num regimen de pronunciamentos continuados.

E assim, sejam quaes forem as qualidades que se queiram suppor aos officiaes de um tal exercito, elles achar-se-hão na sua maior parte reduzidos a uma existencia de empregados fardados, por falta de materia prima militar.

Frederico II dizia querer sob o seu commando «poucos generaes, muitos soldados e nunca mais officiaes que os necessarios.» Entre nós fez-se o contrario.

A pretexto de economias no exercito (contrasenso de muitas democracias) teria sido logico reduzir o numero de officiaes. Mas isso brigava com as vistas eminentemente utilitarias da *joven Turquia*, especie de maçonaria militar que queria accelerar a sua promoção por meio da politica, já que o não podia fazer pelos seus deficientes meritos. Um (ou mais ?) membros della metteram hombros á tarefa e conseguiram por uma serie de esforços o seu *desideratum*. O resto era apenas a mascara ainda então necessaria para não o deixar demasiadamente á luz.

Ha nessa organização de 1911 uma phrase eminentemente suggestiva ; é aquella que suprime os batalhões de caçadores por *nada os justiflear além da tradição*. Eis a causa profunda por que um exercito que podia celebrar Montes Claros, Saragoça, Busaco, Vittoria e Coolella se vê hoje forçado a festejar (!) os desastres de Naulilla e do 9 de Abril em que o heroismo de alguns não bastou para resgatar os erros e os crimes da suprema direcção que lá de longe imprimiam os syndicateiros da guerra.

G. de M.

ÉCOS

Política religiosa

O sr. Conselheiro Fernando de Sousa publicou no *Jornal da Madeira* um artigo sobre política religiosa que contém afirmações de grande importância, entre as quaes salientamos as que dizem respeito á necessidade que a causa monarchica tem de «fazer declarações formaes e categoricas ácerca da renuncia absoluta e formal á ingerencia do poder civil na vida interna da Igreja» todos conhecem a doutrina que *Acção Realista Portuguesa* defende em política religiosa. Como as afirmações do sr. Conselheiro Fernando de Sousa se harmonisam perfeitamente com a nossa opinião, tomamos a liberdade de transcrever esse magnifico artigo que com uma grande clareza expõe a verdadeira orientação nacional no problema de política religiosa:

«E' preciso não ter illusões. A republica portuguezá não é uma simples fórma de governo caracterizada pela eleição do chefe do Estado.

O espirito que inspirou a propaganda e domina quasi todos os seus adeptos é o espirito maçónico, hostil á Igreja — fazendo do chamado *laicismo* o principio vital da republica. Ausencia de qualquer demonstração religiosa da colectividade, guerra á influencia social da Igreja, considerada como uma seita religiosa, á qual apenas se deve tolerancia suspicaz.

Sobre tudo em materia de ensino e educação ha absoluta incompatibilidade entre as liberdades catholicas e o espirito republicano portuguez. Os factos recentes são bem elucidativos.

Por outro lado uma parte influente do partido monarchico, educada nas nefastas praticas do regalismo pombalino, aproveitado pela Maçonaria nos tempos da monarchia constitucional como arma de opressão da Igreja, não renunciou ás aspirações de restauração do *statu quo ante*.

Ora se a Providencia permitiu que a Igreja se resgatasse do jugo regalista á custa de sofrimentos e esbulhos, os catholicos sinceros e consequentes não admitem de modo algum que esse jugo se restabeleça.

Mal avisados andam, pois, os dirigentes da Causa Monarchica não fazendo declarações formaes e categoricas ácerca da renuncia absoluta e formal á ingerencia do poder civil na vida interna da Igreja, no provimento dos cargos ecclesiasticos.

Se é aquella a orientação dos catholicos portuguezes, não é menos certo que a grande maioria se julga com direito de manter e afirmar as suas convicções monarchicas, contanto que da religião se não faça arma politica e se não pretenda subordinar a essa politica a defeza da Religião.

As reivindicações religiosas são campo neutro, em que todos são chamados a actuar.

O *Centro*, organismo confessional, aberto a todas as opiniões politicas, tem a sua missão, como colectividade alheia e sobranceira ás questões politicas, devendo ter o apoio de todos os catholicos.

Fóra da questão religiosa procede cada um conforme as suas convicções, pois o problema nacional não é apenas o problema religioso.

E' uma calunia dizer-se que são rebeldes á Autoridade da Igreja os que assim procedem.

Nem a Enciclica de XV nem a Pastoral colectiva de 1922 impõem a renuncia e o sacrificio das opiniões politicas, desde que se obedeça aos poderes constituídos, se lhes dê a cooperação exigida pelo bem comum e se ponha em primetro logar a defeza das liberdades e direitos da Igreja.

O contrario seria uma forma disfarçada de clericalismo ás avessas, impondo-se aos catholicos a discreta adesão á republica.

E' natural que haja divergencias e embates de correntes de opinião, mas a lição dos factos e o senso pratico estabelecem a harmonia.

E' como os senadores do Centro e os monarchicos se teem entendido sempre no Senado na melhor harmonia, que não exclue a mutua independencia.»

«Ladrões!»

Rompendo o silencio que varios organismos da causa monarchica fizeram em torno da attitude enérgica e dignissima de Cancela de Abreu — a unica que vale a pena manifestar no Parlamento — a *Acção Realista Portuguesa* vem dar-lhe um grande abraço de solidariedade moral e material e significa ao distinto deputado (que não faz parte do Conselho Politico!) em que apreço tem as suas qualidades de talento e de acção.

Perante a malicia oportunista e acaciana de certos corpos dirigentes da causa, invade-nos o desânimo e preguntamos a nós proprios «quasi sozinhos, a bradar no deserto: vale a pena lutar? Mas lá vem uma attitude como a de Cancela de Abreu — que certamente não é dos que crê que dentro da chamada legalidade nós podemos combater e derrotar a ilegalidade — e então reanimamo-nos, recrobâmos fé, e crêmos firmemente no triunfo da Causa Nacional que só se consegue com inteligencia, firmeza e audacia.

Viva a Republica!

Manifestação imponente de fé católica e do patriotismo, o primeiro Congresso Eucarístico Na-

cional efectuado ha dias em Braga. O edificio eterno da Igreja resiste a todos os vendavais de insânia gerados no século *estúpido*, e constitue a única força moral que eleva o homem e as nações!

Mais de 400.000 pessoas acorreram a adorar a Sagrada Eucarestia e a vitoriar os illustres Prelados portugueses. Os *vivas* á Igreja, ao Sumo Pontífice, a Portugal, sucediam-se cheios de entusiasmo e de fé. Durante três dias, no meio daquella enorme multidão que se comprimia na cidade dos Arcebispos, não houve uma nota discordante. Perdão, deu-se uma! Os jornais não a relataram, mas contou-nos testemunha insuspeita. Foi quando um inconsciente se lembrou de erguer um *viva* á Republica!

Vitoriar então Republica é ofender Deus e ofender a Nação.

O nosso bom povo assim entendeu, dando uma lição mestre ao pobre malvado que teve de ir curar-se a uma botica.

E ha ignorantes ou velhacos que ainda pensam num *rallement* da Igreja com o regimen ou na possibilidade de adaptar a Republica a Portugal?

A Bastilha

Foi ontem dia de gala para todos os liberais. O calendário laico celebrou o 135.º aniversário da tomada da Bastilha.

Este episódio, envolto numa lenda, que a revisão imparcial da Historia tem desfeito, marca o início da grande revolução francesa. A Bastilha seria o símbolo dum Passado que se desmoronou para se erguer em seu lugar a trilogia bárbara: Liberdade, Igualdade, Fraternidade.

Na mentira destas palavras metafisicas, que não correspondem a realidade alguma, ainda ha muito quem creia, imbuido duma falsa educação ou de ideias feitas contra as quais não tem coragem para romper.

A Bastilha não era nada do que se supõe. E a Revolução francesa não passou do triunfo de principios falsos e duma escumalha sedenta de sangue e roubo que veio subverter os principios imutáveis sobre que as sociedades teem que assentar.

1789 foi a revolução russa de ha cem anos. E' curioso observar a indignação e o terror que se apossam da alta burguesia dos nossos dias ao ouvir falar em revolução russa, Lenine, soviets...

.. Esquecem-se lamentavelmente de que são os netos dos bolchevistas da Convenção de 93, e não veem que, emquanto a convulsão de há um século veio subverter os verdadeiros fundamentos das sociedades, esta que vem da Russia, visa a destruir um estado de coisas bem mais revoltante do que o poder de Deus e dos Reis: que é a tirania sórdida do capital.

Condessa de Burnay

O falecimento desta veneranda senhora, verdadeira amiga dos pobres por quem distribuía

grande parte da sua fortuna, causou profundo pesar na sociedade lisboeta onde a condessa de Burnay occupava um lugar de grande destaque.

Compartilhando da mágoa que fere as illustres famílias enlutadas, endereçamos especiais condolencias aos nossos queridos amigos dr. Rui da Camara (Ribeira), dr. Francisco de Melo Bruyner (Mafia) e dr. Francisco Pais Sande e Castro, e aos srs. conde de Brunay, conde de Mafra, visconde de Marco, e dr. Duarte Soares Cardoso.

Ministerio novo...

Mais um ministerio, senhores! Na inconsciencia politica da Republica, os ministerios sucedem-se, uns após outros, como marcas de opereta. Ainda o país mal conhece os nomes dos ministros, o que elles pensam, e o que querem fazer, logo uma mutação de scena fá-los desaparecer, e aparecem outros, desconhecidos, inéditos, aventureiros, e vagos como sombras. Nada pensam, nada projectam, nada fazem!

E se algum ministro tem qualidades e deseja realizar qualquer cousa de útil para a nação, o regime republicano, com parlamento, partidos, plutocracia, interesses particulares, acéfalo de autoridade, inutiliza-o e lança-o à margem, completamente falhado. A democracia pela sua instabilidade, e pelas perpetuas oscilações dos partidos, afasta da governação as pessoas competentes que, por orgulho, nunca desejam oferecer-se ao sacrificio de serem inutilisadas e vexadas, e faz surgir essa escumalha de incompetentes e aventureiros que singram atravez das intrigas da politica e da finança.

Que contraste com a Monarquia, com o Estado nacional! O Rei, colocado ao cima dum Estado verdadeiro, chefe responsavel, superior ás infâmias dos partidos, só defende o interesse da nação. Escolhe os seus ministros entre os competentes, livre dos partidos que tudo anarquisam, autenticos bandos, que põem o seu interesse particular a cima do interesse comum, do interesse nacional. O trabalho desses ministros não é perturbado nem interrompido pelas campanhas do Parlamento, onde os partidos se degladiam, divorciados da nação que pensa, trabalha e produz. O Estado monárquico, o Estado nacional, rodeado de instituições *republicanas*, sente-se permanentemente vigiado, seguido, responsavel. O sentimento dessa forte responsabilidade, e a sua função coordenadora e propulsora, obriga-o a ser o interprete fiel, lucido, do interesse comum, que, englobando os interesses particulares submetendo-os á disciplina nacional, encontra no poder do Rei o seu órgão rigoroso.

Mas a Republica é vacilante na sua arquitetura, sem alicerces e sem cúpula. «Ao cimo está um buraco». O chapéu alto do presidente da Republica não consegue tapar esse buraco.

Um ministério a mais é simplesmente um numero que temos a juntar à longa serie dos ministerios que nada resolvem, deixando sempre sem

ACÇÃO REALISTA

solução a crise que atravessamos. No palco de San Bento surge uma nova *troupe* que durante algum tempo fará habilidades, tentando divertir o país que já não se interessa pelas suas piruêtas. Esta farça só terminará quando a nação, acordando definitivamente da sonolencia em que jaz, se resolver a pôr um epílogo em tudo isto . .

Tradicionalismo militar

Publicamos neste numero um excelente artigo sobre assuntos militares assignado por G. de M.

Estas iniciaes occultam o nome dum distinto official de estado maior que facilmente se adivinha. A competencia de quem escreveu esse artigo está desde ha muito tempo consagrada e reconhecida por todos os que se dedicam a assuntos militares.

*

Chamamos a atenção de todos os nossos amigos para a lista da subscrição para o nosso diário que publicamos na 3.^a pagina da capa.

Monarquicos, — Concorrei para a
subscrição do diario da

Acção Realista Portuguêsa

A Falencia da Republica

E A

Crise da Nacionalidade

A CULPA É DO REGIMEN
E NÃO DOS HOMENS

Sustentada, quer por republicanos, quer por *conservadores* e indiferentes, sem côr politica defenida nem idéas proprias, corre uma *lenda* que urge combater, embora nós estejamos compenetrados que só os factos constituam, para os espiritos sectarios e para aqueles um tanto alheios a estas teorisações, o unico argumento de convicção.

Queremos referirmo-nos a uma versão mais ou menos geral da opinião publica que diz que o actual estado de coisas, produto da dissolvencia sucessiva da Republica, e este espirito de renuncia que affectam a Patria e a Nacionalidade, *é culpa dos homens e não do regimen*. Numa imprudencia grande atribuem assim á Raça Portuguesa e aos homens em geral, que eles consideram adulterados por causas estranhas e remotas e outras conhecida e relativamente recentes, como a Guerra Europeia, por exemplo, o estado lamentavel que, sob todos os pontos de vista, vão tomando os variados aspectos da actividade nacional.

Não ignoramos nós — que não alimentamos nem cultivamos nenhuma das mentiras da democracia — como o sentimento popular tende sempre a comportar-se como um admiravel *sujet* de psicologia politica, a qual demonstra como é relativamente facil no homem, quando ele vive num ambiente propicio ao contagio de microbios moraes, fructificarem mais rapidamente as idéas negativistas que as constructivas cuja explicação nós encontramos claramente no natural impressionismo do espirito humano, victima na maioria dos casos das suas paixões e da ausencia de raciocinio. Tal fenomeno é sempre de ordem metafizica, o que nos leva a nós, defensores de uma Monarquia Organica, na qual a sua virtude espiritual é a opposição que oferece a semelhantes doutrinas democraticas, considerarmos tal *lenda* como um erro e uma mentira que é urgente não só combater como destruir.

As idéas da Monarquia Organica estão hoje suficientemente esclarecidas na intelligencia das *élites* e, até por principio, não devemos levar ás camadas menos ilustradas da sociedade teorisações mais ou menos complicadas, fazendo-lhes ver apenas, em face dos factos, a necessidade que a Monarquia terá amanhã de ser, se não completamente oposta, pelo menos muito diferente da de 4 de Outubro de 1910.

O erro de que *a culpa é dos homens e não do regimen* que, embora não nos inquiete, nos deve preocupar politica e doutrinariamente, devemo-lo indubitavelmente á Mo-

narquia Constitucional que em 4 de Outubro não era mais que o prólogo igualmente democratico da Republica de 5 ; é aqui que reside o nosso primeiro argumento se atendermos a que nós não defendemos o regimen de 1820 e 1834, porque não só combatemos a Democracia que abrange o Liberalismo e a Republica, como, *ipso facto*, não desejamos o regresso a uma Monarquia meramente nominal, sem características politicas e positivas que a destinguam em opposição do regimen do sr. Afonso Costa.

A todos os adversarios ou simples descontentes a quem nos declaramos, sem outras explicações, monarchicos, *tout court*, ouvimos dizer e argumentar que -- tanto a culpa é dos homens e não do regimen que a Monarquia dantes tambem não primava pela excellencia dos processos politicos e não era virtuosa, alegando para tal alguns escandalos, *politiquices* e outras deficiencias lamentaveis que, entretanto, nada representam a comparar com o que a Republica tem posto em pratica.

A Acção Realista Portuguesa defende uma Monarquia Organica, Tradicionalista, Anti-Parlamentar, sem a mentira e os defeitos do Liberalismo, de que ela não é responsavel. Aproxima-se, pela sua essencia tradicionalista dos principios anteriores a 1920 sob a forma de uma adaptação perfeita aos tempos presentes e, condicionada pelos mais recentes e positivos estudos do Direito Politico e animada sempre por um espirito profundamente nacionalista. E' escusado combatermos de novo o sufragio universal, uma das tendencias do espirito maçonico que tende a desaparecer ; invoquemos simplesmente a Tradição como valor historico, etnico e politico que existe intimamente no individuo e nas multidões, para o que basta apenas ser despertada e conservada em estado latente pelas instituições politicas que não a desprezam sendo até uma das condições da sua vida, como na Monarquia Organica.

O Rei, escolhendo livremente as seus ministros, responsaveis perante ele, livre de clientelas politicas e fóra do joguete das suas ambições, é a melhor garantia para o desenvolvimento — não progresso — de uma Nação. A Familia, o Municipio e o Sindicato Profissional, celulas primarias da Monarquia Organica, a constituição de umas Côrtes Gerais, representativas da Igreja, da Terra, da Inteligencia e da Produção, completam a estrutura deste verdadeiro organismo politico e social e, por consequencia, o seu nacionalismo fará da nossa Monarquia o resultado de uma função harmonica e conjuncta de varios órgãos naturaes. Apelamos para as características politicas da Monarquia Organica, muito sumariamente enunciadas, para concluirmos ser ela antes um produto resultante de varias forças e elementos nacionaes que uma causa preestabelecida e *à priori*.

O erro de que a culpa é dos homens e não do regimen resulta de uma outra mentira não menos democratica que afirma, numa inconsciencia verdadeiramente inadmissivel, serem os homens que fazem as instituições e não as instituições que fazem os homens. Julgamo-lo suficientemente inutilisado com o que acabamos de apontar para concluirmos igualmente que a Monarquia Organica é um efeito natural dos elementos da Nação Portuguesa que a Democracia contraria sem o desmentir.

Nesta ordem de idéas podemos, generalizando, assegurar, em face da sciencia politica, que os homens, vivendo em sociedade num ambiente politico-social que lhe é adverso por natureza, como se dá em particular com a Republica Portuguesa e se deu com a Monarquia de 4 de Outubro, não podem senão sofrer na sua actividade individual e cole-

ctiva como elementos sociaes e politicos que são, a influencia perniciosa e anti-nacional a que os levam as instituições de que eles são um produto, dando a impressão, inclusivamente, de degenerados.

Na democracia, no que diz respeito a certos paizes de grande tradição historica monarchica, como o nosso, os regimens falsamente populares são produtos artificiaes dos homens, creados á custa da Revolução Religiosa de 1517 e da Revolução de 1789. Os *direitos do homem*, proclamados como uma aspiração natural, vieram deturpar o verdadeiro conceito da liberdade que nas sociedades modernas, de natureza organica, para a propria conquista da felicidade, deve ser considerada como uma recompensa e nunca como um direito politico e social. O homem começou na democracia a ter interferencia directa nos negocios do Estado, resultando daí o predominio e o culto da incompetencia. Tanto na Republica como na Monarquia liberal a politica do povo e a politica dos partidos, redundando sempre no que podemos chamar a *baixa politica* ou *politiquice* anti-nacional, contribuem para fazer predominar o individualismo das clientelas e das seitas, de maneira que todos aqueles que gozam das regalias da democracia, se acham autorisados a colaborar no bem comum e nacional, que deve exclusivamente pertencer ás *élites*, tanto mais que o elemento popular acaba sempre por ter uma noção erronea e contraproducente do que deve ser o governo de uma Nação em todos os seus aspectos.

Desta interferencia directa do povo nos negocios que interessam á Nação, pela qual deve unicamente haver um interesse colectivo, resulta o culto individualista, embora disfarçado, tendo como consequencia o escandalo e o abandalhamento de toda a actividade nacional, sempre alimentada pelo contagio moral a ponto tal de dar a impressão, como na Republica Portuguesa, de ser um mal endemico e incuravel.

E' inquestionavelmente inadmissivel na nossa Republica alimentar o erro de que a *culpa é dos homens e não do regimen* porquanto nós sabemos o que resultaria se amanhã fosse permitido a um *ministerio ideal* tomar as rédeas do governo. Um estadista perfeito e sem mácula, competente e com todos os requisitos necessarios, seria mais uma vez, na Republica, victima da propria engrenagem da democracia.

Para conclusão deste artigo, que não pode encerrar todos argumentos que poderíamos expôr para debater este assunto, é necessario que afirmemos mais uma vez, como disse Fustel de Coulanges, que o verdadeiro regimen do povo é a Monarquia enquanto que a Republica é o regimen oligarquico por excelencia, para o que o grande historiador se fundamenta nos ensinamentos da Antiguidade Classica em que as situações mais fortes da Historia que nos apontam tiranias e cazarismos, foram governos consciencemente populares.

Laertes de Figueiredo.

DOIS EXEMPLOS

Em dezembro de 1917, quando a revolução sidonista triunfante desceu da peanha presidencial o senhor Bernardino Machado, apressando-se a conduzi-lo á fronteira, não deixou o ex-presidente de protestar contra essa decisão dos revolucionários, nos termos que constam do documento que dirigiu á Junta Revolucionária, documento que a imprensa reproduziu, e do qual recortamos os periodos seguintes: *Não é lícito lançar sobre o Presidente da Republica eleito por um partido, que tinha a maioria parlamentar, o la-beu do seu enfeudamento a esse partido. Seria a condenação do regimen republicano, e é esse, com efeito, o argumento maior com que os monárquicos pretendem desvirtuá-lo moralmente.*

Bernardino Machado proclamava, em longo arrazoado, os seus direitos, respondendo á *afrenta* de o considerarem representante do partido que o elegeu. Mas a Junta Revolucionária, que se dispunha a entregar a revolução triunfadora a um partido do regime que não tinha a maioria parlamentar quando fôra da eleição do presidente, não deu ouvidos ao protesto de Bernardino, e considerando-o, evidentemente, enfeudado ao partido a que devia a eleição, despachou-o em Entre-Campos, para pôr na presidencia outro de seu agrado.

Agora, foi o senhor Alexandre Millerand, que antes de chegar ao extremo de abandonar a presidencia da Republica Francesa, da qual o expulsaram as *esquerdas* vitoriosas pelo acto eleitoral do dia 11 de Maio passado, dirigiu ao Senado e Camara dos Deputados uma mensagem, em que se contêm afirmações muito interessantes para a nossa conclusão. São dessa mensagem, as palavras que transcrevemos:

Tendo disposto que o presidente da Republica não é responsavel perante as Camaras senão no caso de alta traição, a Constituição quiz, num interesse nacional de estabilidade e de continuidade, que o poder presidencial fosse, durante sete anos, mantido ao abrigo das flutuações politicas.

Respeitareis a Constituição. Se a desconhecesseis, se de ora avante se entendesse que o arbitrio de uma maioria póde obrigar o Presidente da Republica a retirar-se por motivos politicos, o presidente da Republica não passaria de um joguete nas mãos dos partidos.

Ajudar-me-heis a conjurar semelhante perigo. Recusei-me a desertar do meu posto.

E parecendo não confiar grandemente na decisão dos deputados e senadores, acrescentava Millerand: *Não é do Parlamento, encarregado de votar as leis e de velar pelo respeito que lhes é devido, que devem partir o sinal e o exemplo da sua violação. Esforçam-se perigosos conselheiros, num interêsse de partido, por obter que a nova legislatura se inicie por meio de um acto revolucionario: A Camara recusar-se-ha a segui-los.*

Razão tinha Millerand para se mostrar tão apreensivo acêrca das resoluções parlamentares.

A Camara não se recusou a seguir *os perigosos conselheiros, que, num interesse de partido*, incitavam a nova legislatura a iniciar-se *por meio de um acto revolucionario*. As novas Camaras, representativas de facções políticas ávidas de mando, não respeitaram a constituição e, entendendo *que o arbitrio duma maioria póde obrigar o Presidente da Republica a retirar-se por motivos politicos*, constrangeram, sem o menor pudor, o senhor Millerand a pedir a demissão.

Deu-se pois aquele facto que o autor da mensagem considerava que vindo a realizar-se, *o presidente da Republica não passaria de um joguete na mão dos partidos*.

São estes dois casos dignos de nota, e susceptíveis de esclarecer muitas inteligências ainda presas do prejuizo republicano. Quando nós dizemos que um presidente da republica não é, nem nunca pode ser, um chefe de Estado representante da Nação, pois que não passa de ser aquele individuo que conseguiu reunir os sufrágios do partido politico mais poderoso, produzimos uma afirmativa tão verdadeira, que são os proprios partidos, como se prova pelos exemplos apresentados, os primeiros a darem-nos razão, com o seu procedimento.

Num regime democratico, os partidos sabem tão bem que o presidente é um simples delegado seu, levando para a presidencia, com os votos dos seus eleitores, as ideias e as paixões do partido a que pertencera, que uma vez transformado o xadrez eleitoral, o agrupamento dominante se apressa a substituir esse suposto chefe, por outro de sua parcialidade.

Um chefe de Estado, independente dos individuos que ha de dirigir, responsavel, bem intencionado, um verdadeiro representante da Nação, só um Rei o póde ser, só em Monarquia póde existir.

Um Rei hereditario, paira numa região superior ao escachoar das paixões políticas, porque, nada devendo aos favores da eleição, só ao interesse nacional póde e deve atender, mesmo no sentido da conveniencia própria.

Não tendo sido escolhido por ninguém, em virtude do principio da hereditariedade, um Rei é tão naturalmente o representante da Nação, como nós o sômos dos nossos antepassados. A transmissão hereditaria do poder, originando a continuidade, é a melhor garantia da ordem social.

Um Rei tem responsabilidades que enraizam no Passado e se projectam no futuro ; é o continuador de uma dinastia, de uma obra muitas vezes secular, tendo o seu interesse pessoal identificado com o proprio interesse do povo de que é o Chefe natural. Um presidente é um individuo isolado, mais nada. Chamado a desempenhar um cargo para o qual carece geralmente de aptidão e de prestígio, vê as suas funções reduzidas ás de um autómato, sem vontade nem iniciativa proprias, pela letra expressa da Constituição ; se tem responsabilidades, são pessoas e momentaneas ; subordinado a um partido, ao seu chefe, para ele estará acima de tudo a conveniencia desse partido que nele verá sempre um mandatario seu. Presidentes da republica . . . *são monarcas a dias* . . . na frase cruel de Fialho de Almeida.

Bernardino Machado, no seu protesto de dezembro de 1917, foi mais longe do que Millerand, na mensagem que dirigiu ha pouco ás Camaras francesas. No intuito evidente de atemorizar a Junta Revolucionaria, constituida por bons republicanos, obrigando-os a

reflectirem na decisão tomada, de o expulsarem da presidência, ia insinuando, que faze-rem-no, pelos motivos politicos que alegavam, *do seu enfeudamento* ao partido que o guindára, *seria a condenação do regimen republicano*; e em tom de ameaça, lembrava que *é esse, com efeito, o argumento maior com que os monárquicos pretendem desvirtuá-lo moralmente.*

Os acontecimentos encarregaram-se de demonstrar que os monárquicos não pretendem desvirtuar moralmente o regimen republicano, quando assim julgam o presidente.

Os monárquicos, simplesmente, constataam um facto, cuja eloquência não póde ser obscurecida pelo palavriado ôco dos comícios.

Fernando Campos.

Não vos deixeis embaír nem atemorisar. A Patria está no Pretório. Os facciosos, em clamor e tumulto, agitadamente se recusam a deixar salva-a, invocando a sua lei. Mocidade, que vaes fazer? Terás como Poncio Pilatos, recelo de desagradar ao poder? Vaes lavar as mãos como êle, e contentar te em dizer á turba desvalrada: que a ruina da Patria recaia sobre éla?...

Da Exortação á Mocidade, por Carlos Malheiro Dias.

A prisão de Laertes de Figueiredo

A Junta Municipal da Acção Realista Portuguesa que, pela propria natureza das suas funções, tem de manter um contacto muito intimo com o povo, publicou um excelente manifesto, fortemente combativo, ácerca dessa crimínosa alienação da prata. Esse manifesto produziu um grande successo. Foi o tema de muitas conversas e não era raro vê-lo nas mãos de gente do povo que o comentava, aprovando com entusiasmo as verdades que lá se afirmavam com uma bela coragem. Manifesto para o povo, — foi o povo que o sentiu, que o aprovou e divulgou. As verdades que esse manifesto apresentava, na singelez eloquente dum libelo, impunham-se pela sua energica evidencia. Por esta razão a Republica, que é um regime anti-português, e uma traição, organizada em Estado, à alma e ao interesse da Nação, não podia permitir que uma voz de forte patriotismo, uma voz acusadora e indignada, fizesse lembrar os crimes que ela tem cometido: o manifesto foi apreendido! Mas o que elle dizia, já o disseram com maior violencia talvez, muitos republicanos, quer em jornaes, quer no proprio Parlamento. Ninguém ignora o que sobre o roubo da prata os proprios republicanos teem dito. Essa medida policial da republica não conseguiu, porém, os seus fins. O manifesto foi transcripto com palavras de louvor e solidariedade, que muito agradecemos, pelo nosso querido colega *Correio da Noite*. Este diário, que é animado dum novo espirito de combate, foi tambem apreendido, depois de ter vendido muitos exemplares. Mas o proprio semanário radical *O Libertador* transcreveu em parte o manifesto da Comissão Municipal da Acção Realista Portuguesa. . . Perante este facto, nós detemo-nos um pouco a pensar quanto a obcessão de doutrinas que nada valem, que não vivem da nação, doutrinas torvamente nacionicidas, pode isolar muitos portuguezes da magnifica alma de Portugal, e da profunda necessidade duma restauração nacional, em que se obedeça simplesmente à realidade superior da Patria.

Foi o dr. Laertes de Figueiredo, um nosso companheiro de luta, uma bela intelligencia, e um nacionalista que aprendeu a ser um português verdadeiro ao contacto de outros povos, como o americano, que escreveu essa pagina combativa de ideias e patriotismo. O dr. Laertes de Figueiredo assumiu nobremente todas as responsabilidades do que o manifesto afirma. Chamado a prestar declarações a um chefe da policia, que boçalmente criticou as opiniões do nosso camarada, ficou detido no Governo Civil, numa ignobílenxovia, junto de criminosos comuns. E' assim que

a Republica respeita a liberdade da imprensa, — e as proprias leis que ela faz. O acto patriótico do dr. Laertes de Figueiredo, — está regulado pela lei da imprensa. O art. 1.º desta lei é bem claro no conceito que estabelece de imprensa. Mas na Republica não é a lei que manda. Governam os pequenos tiranos, desde os altamente collocados, até os que se escondem nos subterrâneos do Estado, como esses misteriosos policias que interrogáram o nosso illustre camarada. A lei, na sua alta expressão de disciplina social, e de energia creadora, só pode viver e ser eficaz nos regimes em que a Autoridade seja sempre acompanhada da responsabilidade

A prisão do dr. Laertes de Figueiredo é um incidente de luta que não nos atemoriza — e só nos honra. Não é com perseguições de creaturas que nada contam na Nação que nós nos calaremos. Superior a tudo, acima das nossas vidas, está uma Patria martirisada, traída! O nosso patriotismo impele-nos para a frente, sem temores. Para a frente irêmos. E neste momento em que o Estado intruso da Republica manda os seus agentes prender portuguezes conscientes, como o dr. Laertes de Figueiredo, e vasculhar as gavetas da nossa redacção, nós abraçamos o nosso querido camarada, afirmando-lhe toda a nossa fraternidade de combatentes.

*

A prisão do dr. Laertes de Figueiredo causou uma grande indignação e foi fortemente verberada pelos diários *Correio da Manhã*, *Época*, *Novidades*, *Correio da Noite e Dia*, que lembraram que havia em Portugal uma lei de imprensa, que nunca se cumpre. Tambem o sr. dr. Paulo Cencela de Abreu protestou no Parlamento contra a prisão arbitrária do nosso camarada. O seu protesto veelemente obrigou o ministro do Interior a prometer que se occuparia do acto ilegal da policia de Segurança do Estado.

No Senado, o sr. dr. Cherubim Guimarães occupou-se da prisão do nosso amigo, protestando contra essa estúpida violencia só natural num regime de atrasados e primários, como a Republica.

Devêmos à attitude dos jornaes mencionados e dos srs. drs. Cencela de Abreu e Cherubim Guimarães um grande reconhecimento que com todo o prazer aqui afirmâmos.

*

A Comissão Executiva da Acção Realista Portuguesa, ao ter conhecimento da

prisão do secretario da Junta Municipal de Lisboa, sr. dr. Laertes de Figueiredo, motivada no facto d'este senhor ter tomado a responsabilidade d'um manifesto distribuido pela mesma Junta, vem protestar energicamente contra tal arbitrariedade e afirmar a sua solidariedade com aquele seu illustre amigo.

*A Comissão Executiva da
Acção Realista Portuguesa.*

*A Junta Municipal de Lisboa da Acção
Realista Portuguesa, ao ter conhecimento
da arbitrariedade levada a cabo contra o*

seu illustre Secretario, o Professor sr. dr. Laertes de Figueiredo, encarcerado por ordens do governo da republica, por ter assumido a responsabilidade da publicação de um manifesto ao Paiz ha dias distribuido, protestando contra a venda da prata portugueza para Inglaterra, vem protestar energicamente contra essa intame violencia e manifestar a sua publica e incondicional solidariedade ao seu presado e querido collega.

Lisboa, 14 de Julho de 1924.

A Junta Municipal de Lisboa da Acção Realista Portuguesa.

«Eu estimaria [que Lafayette fosse hoje vivo e viesse a Portugal para êle ver que a melhor das republicas se encontra neste país.]»

Passos Manoel, num discurso parlamentar em 1856.

SUBSCRIÇÃO

PARA

O DIARIO ORGÃO DA ACÇÃO REALISTA

aberta por esta revista

<i>Acção Realista</i> (revista).....	200\$00
Conselheiro Antonio Cabral.....	50\$00
Domingos de Mendonça.....	50\$00
José Marcelino.....	10\$00
João Marçal.....	20\$00
Antonio Carinhas.....	20\$00
Aníbal Proença.....	15\$00
A. J. C. V. (Braga).....	50\$00
H. S. Henriques.....	100\$00
Manoel Alves.....	10\$00
E. C. C.....	5\$00
Alfredo dos Santos.....	5\$00
A. D. B. (Caldas da Rainha).....	10\$00
J. E. R. Amado.....	20\$00
M. M. P. (Caldas da Rainha).....	1.000\$00
Alberto da Costa Machado.....	2\$50
Carlos Magalhães.....	1\$00
João da Silva.....	5\$00
Soma e transporte.....	1.578\$50

Como se vê, a subscrição aberta por esta revista para engrossar os fundos confiados á Comissão Financeira (á qual preside o nosso querido e ilustre amigo sr. Rui de Andrade), foi coroada do melhor exito. Algumas dezenas de correlegionarios occorrêram ao nosso apêlo subcrevendo com verbas grandes ou pequenas mas que todas representam dedicação e fé e merecem o mesmo agradecimento.

Que todos os nossos amigos concôrrão na medida das suas posses para o rapido aparecimento do nosso jornal !

Subcrevei para o diario orgão da *Acção Realista Portuguesa* !

Pela Monarquia orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar !

Propaganda !

Propaganda !



A SERIE
DE
PERFUMARIA
«Pompadour»

Constitue o nosso orgulho de fabricantes

Agua de Colonia «Pompadour»
Brilhantina crystallizada «Pompadour»
Dentífricos «Pompadour»
Essencia «Pompadour»
Loção «Pompadour»
Pó de arroz «Pompadour»
Sabonete «Pompadour»
Shampoo «Pompadour»

Brevemente: Crème «Pompadour»

Thomaz Mendonça, Filhos, Limitada

43, Calçada do Combro, 47

LISBOA

Telephone C. 105